



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681276 - SC (2021/0225858-6)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : YURI JHONATHAS DOS PASSOS SARMENTO (PRESO)  
**CORRÉU** : MARIA GERALDA CURSINO DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YURI JHONATHAS DOS PASSOS SARMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APELAÇÃO CRIMINAL Nº 5028743-67.2020.8.24.0008/SC).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime de tráfico de drogas.

Alega, em síntese, o impetrante que o ora paciente faz jus à aplicação da causa de diminuição da pena do §4º, do art. 33, da Lei n. 11.343/06, visto que é primário, sem antecedentes, não havendo prova de que se dedique a atividade ilícita ou organização criminosa. Defende que a quantidade de drogas apreendidas não serve de circunstância para comprovar a habitualidade no comércio ilegal.

Requer, liminarmente, reconhecer a ilegalidade do acórdão impugnado e suspender os efeitos da condenação quanto ao excesso da pena, até o julgamento deste *writ*. No mérito, pugna pela aplicação art. 33, § 4.º, da Lei nº 11.343/06 em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente